



Período: **NOVEMBRO/2012**

## **Resolução SMA nº 91, de 14 de novembro de 2012.**

Em vigor desde 15 de novembro de 2012, a Resolução nº 91, de 14 de novembro de 2012, editada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP), dispõe sobre os estudos previstos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura, nos casos dos procedimentos simplificado e ordinário estabelecidos pelo Decreto nº 58.544, de 13 de novembro de 2012, e dá outras providências.

De acordo com esta norma:

- a) os empreendimentos de aquicultura sujeitos ao licenciamento ambiental simplificado deverão instruir o pedido de licença com um Estudo de Caracterização do Empreendimento contendo, no mínimo, as informações relacionadas no ANEXO I desta norma;
- b) os empreendimentos de aquicultura sujeitos ao licenciamento ambiental ordinário deverão instruir o pedido de licença com um Estudo Ambiental Simplificado contendo, no mínimo, as informações relacionadas no ANEXO II desta norma.

Para conhecer inteiro teor da Resolução SMA nº 91, de 14 de novembro de 2012, clique [aqui](#).

## **Resolução SMA nº 90, de 13 de novembro de 2012.**

Em vigor desde 14 de novembro de 2012, a Resolução nº 90, de 13 de novembro de 2012, editada pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA/SP), regulamenta as exigências para os resultados analíticos, incluindo-se a amostragem, objetos de apreciação pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais – SEAQUA, e que subsidiam o exercício de suas atribuições legais do controle, monitoramento e a fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

De acordo com esta Resolução, os laudos analíticos submetidos à apreciação dos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, que contém os resultados de ensaios físicos, químicos e biológicos, bem como as atividades de amostragem, ambos referentes a quaisquer matrizes ambientais, deverão ser, respectivamente, emitidos e realizados por laboratórios acreditados, nos parâmetros determinados segundo a Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, em sua versão mais atual, pela Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO ou outro organismo internacional, que faça parte de acordos de reconhecimento mútuo do qual o INMETRO seja signatário.

A acreditação deverá ser evidenciada para cada ensaio constante no laudo analítico ou amostragem, na matriz ambiental de interesse. Se inexistirem laboratórios que atendam a estas condições, serão aceitos resultados analíticos emitidos por laboratórios acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação – CGCRE para outro ensaio, desde que seja utilizada a mesma técnica analítica do ensaio de interesse.

Ainda se não existirem laboratórios que atendam às condições anteriores, a critério dos órgãos do SEAQUA, poderão ser aceitos resultados analíticos complementados de evidências objetivas que garantam a sua qualidade, mediante a definição, pelas áreas competentes da CETESB, dos itens de controle de qualidade analítica necessários para cada situação específica.



Ao solicitante compete comprovar a inexistência de laboratórios que atendam as condições retro.

A evidência da acreditação, tanto da amostragem, quanto do ensaio, somente se dará pela existência do símbolo de acreditação da Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE no(s) relatório(s) de ensaio(s). Serão também aceitos relatórios de ensaio contendo os símbolos de acreditação dos organismos internacionais que façam parte dos acordos de reconhecimento mútuo dos quais o INMETRO é signatário.

Ficam revogadas a Resolução SMA nº 37, de 30 de agosto de 2006, e demais disposições em contrário.

Para conhecer inteiro teor da Resolução SMA nº 90, de 13 de novembro de 2012, clique aqui.

---

**Decreto Estadual nº 58.544, de 13 de novembro de 2012, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura e dá providências correlatas.**

Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de novembro de 2012, o Decreto nº 58.544, de 13 de novembro do mesmo ano, dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura e dá providências correlatas.

De acordo com este Decreto, a atividade de aquicultura, no Estado de São Paulo, será permitida com a utilização de espécies autóctones ou nativas, bem como de espécies alóctones ou exóticas, nos termos da legislação vigente e de normas supervenientes.

## **DISPENSA DE LICENCIAMENTO**

Abaixo, estão descritos os empreendimentos envolvendo as atividades que, em função de seu reduzido potencial poluidor/degradador, não estão sujeitos ao licenciamento ambiental na CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo:

aquicultura sem lançamento de efluentes líquidos em corpo d'água, em:

- a) viveiros escavados cuja somatória de superfície de lâmina d'água seja inferior a 5ha (cinco hectares);
- b) tanques cuja somatória de volume seja inferior a 1.000,00m<sup>3</sup> (mil metros cúbicos);

ranicultura que ocupe área total de até 400,00m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados);

carcinicultura em água doce realizada em viveiros escavados cuja somatória de superfície de lâmina d'água seja inferior a 5ha (cinco hectares);

piscicultura e pesque e pague, exceto em caso de utilização de espécie carnívora alóctone ou exótica, com lançamento de efluentes líquidos em corpo d'água, em:

- a) viveiros escavados cuja somatória de superfície de lâmina d'água seja inferior a 5ha (cinco hectares);
- b) tanques cuja somatória de volume seja inferior a 1.000,00m<sup>3</sup> (mil metros cúbicos);

malacocultura cuja superfície de lâmina d'água seja inferior a 2ha (dois hectares);

algicultura cuja superfície de lâmina d'água seja inferior a 2ha (dois hectares).

Referidos empreendimentos:

- a) deverão cadastrar-se em sistema eletrônico a ser disponibilizado aos empreendedores;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



b) não estão desobrigados da obtenção de documentos de qualquer natureza exigidos pela legislação municipal, estadual ou federal, bem como das demais exigências e restrições legais aplicáveis;

c) deverão adotar medidas para evitar a poluição das águas, do ar e do solo e a fuga de espécimes alóctones ou exóticos.

A dispensa de licenciamento ambiental não se aplica aos empreendimentos localizados em área com:

(i) adensamento de cultivos aquícolas que enseje significativa degradação do meio ambiente;

(ii) comprometimento da capacidade de suporte dos ambientes aquáticos públicos;

(iii) floração recorrente de cianobactérias acima dos limites previstos na Resolução CONAMA nº 357/2005, que possa influenciar a qualidade da água bruta destinada ao abastecimento público.

Se constatado descumprimento de dispositivos deste Decreto e de outras normas ambientais após a operação de empreendimentos inicialmente dispensados do licenciamento, a CETESB adotará as medidas restritivas cabíveis.

Haverá necessidade de licenciamento/autorização pela CETESB:

a) se houver ampliação dos empreendimentos supra que implique uma área ou volume total de produção superior às linhas de corte estabelecidas, caso em que deverão ser licenciados em sua totalidade;

b) se houver supressão de vegetação nativa ou intervenção em área de preservação permanente, caso em que os empreendimentos acima deverão obter a necessária autorização da CETESB;

c) se tais empreendimentos estiverem localizados nas Áreas de Proteção aos Mananciais ou Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, estarão sujeitos à obtenção do Alvará de Licença Metropolitana emitido pela CETESB, além do cumprimento da legislação específica pertinente.

## **LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO**

Será adotado licenciamento ambiental simplificado para empreendimentos de piscicultura em tanques rede com volume total inferior a 1.000,00m<sup>3</sup> (mil metros cúbicos), sendo conduzidas concomitantemente as etapas de licenciamento prévio e de instalação. A Licença de Operação terá validade de cinco anos.

O pedido para este licenciamento deverá ser instruído com um Estudo de Caracterização do Empreendimento, conforme Resolução do Secretário do Meio Ambiente, além das informações necessárias à análise do pedido de licença, disponibilizadas no endereço eletrônico da CETESB. Os empreendimentos licenciados terão até dois anos, contados a partir da data da emissão da Licença Prévia/de Instalação, para iniciar a implantação de suas instalações, sob pena de caducidade da licença concedida.

## **LICENCIAMENTO ORDINÁRIO**

Sujeitam-se ao licenciamento ambiental ordinário os demais empreendimentos de aquicultura não relacionados acima. A Licença de Operação terá validade de cinco anos.

O pedido para este licenciamento deverá ser instruído com um Estudo Ambiental Simplificado (EAS), conforme Resolução do Secretário do Meio Ambiente, além das informações necessárias à análise do pedido de Licença Prévia, disponibilizadas no endereço eletrônico da CETESB. Os empreendimentos licenciados terão até dois anos, contados a partir da data da emissão da Licença Prévia, para solicitar a Licença de Instalação e o prazo máximo de três anos para iniciar a implantação de suas instalações, sob pena de caducidade da licença concedida.

Após análise das referidas informações e estudo, a CETESB poderá, desde que tecnicamente justificado, requerer complementação por meio de instrumentos de análise mais aprofundados, tais como Relatório Ambiental Preliminar (RAP) ou Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



## **LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS EM ZONA COSTEIRA E EM ÁGUAS DE DOMÍNIO DA UNIÃO**

O licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura em Zona Costeira deverá observar os critérios e limites definidos no Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura, sem prejuízo do atendimento aos demais instrumentos normativos de uso dos recursos pesqueiros.

O licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura localizados em águas de domínio da União, além do disposto neste decreto, deverão ser atendidas as normas específicas para a obtenção de autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União.

## **LICENCIAMENTO PARA EMPREENDIMENTOS JÁ EXISTENTES**

Os empreendimentos sujeitos aos licenciamentos simplificado/ordinário, considerados existentes (que se encontravam instalados e em operação antes de 30 de junho de 2009, data da publicação da Resolução CONAMA nº 413/2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, bem como aqueles que obtiveram Cessão de Uso emitida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura ou Secretaria de Patrimônio da União até a data da publicação do presente decreto), estarão sujeitos apenas à obtenção da Licença de Operação emitida pela CETESB.

Referidos empreendimentos terão o prazo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação deste decreto, para solicitar a Licença de Operação na CETESB.

Os empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental que tenham obtido anteriormente manifestação de dispensa de licenciamento ambiental emitida pela Secretaria do Meio Ambiente, terão o prazo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação deste decreto, para solicitar a Licença de Operação.

O pedido de Licença de Operação retro deverá ser instruído com um Estudo de Caracterização do Empreendimento ou um Estudo Ambiental Simplificado - EAS, conforme disposto em resolução do Secretário do Meio Ambiente, dependendo do enquadramento do empreendimento no licenciamento simplificado ou no licenciamento ordinário, além das informações necessárias à análise do pedido de licença, disponibilizadas no endereço eletrônico da CETESB.

À Secretaria do Meio Ambiente caberá, por meio de resolução, respeitadas as disposições normativas aplicáveis ao licenciamento ambiental da aquicultura, complementar, com a inclusão de outros empreendimentos, a relação de atividades de aquicultura sujeitas à dispensa do licenciamento e ao procedimento de licenciamento simplificado.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e demais informações poderão ser encontradas no seu texto, no link abaixo.

Para conhecer inteiro teor do Decreto Estadual nº 58.544, de 13 de novembro de 2012, clique [aqui](#).

---



## **Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 02, de 14 de novembro de 2012.**

Em vigor desde 15 de novembro de 2012, a Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 02, de 14 de novembro de 2012, inclui a aquicultura nos termos do Decreto Estadual nº 58.544, de 13/11/2012, dentre os empreendimentos e atividades que, em função de seu reduzido potencial poluidor/degradador, estão dispensados de licença ambiental, desde que o interessado preencha e apresente a Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária, observando integralmente os requisitos definidos no artigo 2º da Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC Nº 01, de 27 de dezembro de 2011, e que não implique intervenção em áreas de preservação permanente ou supressão de vegetação nativa.

Para fins de cadastramento, exigido para a dispensa de licenciamento ambiental, os empreendimentos de aquicultura deverão utilizar sistema eletrônico disponibilizado pela Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, e acessível à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB.

Para conhecer inteiro teor da Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 02, de 14 de novembro de 2012, clique [aqui](#).

---

## **Convênio ICMS nº 123, de 7 de novembro de 2012**

Dispõe sobre a não aplicação de benefícios fiscais de ICMS na operação interestadual com bem ou mercadoria importados submetidos à tributação prevista na Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012.

Aos 9 de novembro de 2012, foi publicado o Convênio ICMS nº 123, que dispõe sobre a não aplicação de benefícios fiscais de ICMS na operação interestadual com bem ou mercadoria importados submetidos à tributação prevista na Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012.

Na operação interestadual com mercadoria importada do exterior, ou com Conteúdo de Importação, sujeitos à alíquota do ICMS de 4%, tal como previsto na Resolução do Senado Federal nº 13/ 2012, não se aplica benefício fiscal, anteriormente concedido, exceto se: (i) de sua aplicação em 31 de dezembro de 2012, resultar carga tributária menor que 4% (quatro por cento); ou (ii) tratar-se de isenção.

O Convênio ICMS 123, de 2012 entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Para conhecer o seu inteiro teor, clique [aqui](#).

---

## **Ajuste SINIEF nº 20, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Convênio s/nº que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais – SINIEF, relativamente ao Anexo Código de Situação Tributária.

Aos 9 de novembro de 2012, foi publicado o Ajuste SINIEF 20, que alterou o Convênio s/nº que instituiu o Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais – SINIEF, relativamente ao Anexo Código de Situação Tributária.

A Tabela A - Origem da Mercadoria ou Serviço, do Anexo Código de Situação Tributária do Convênio s/nº, passa a vigor com a seguinte redação:

"Tabela A - Origem da Mercadoria ou Serviço

0 - Nacional, exceto as indicadas nos códigos 3 a 5;

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



- 1 - Estrangeira - Importação direta, exceto a indicada no código 6;
- 2 - Estrangeira - Adquirida no mercado interno, exceto a indicada no código 7;
- 3 - Nacional, mercadoria ou bem com Conteúdo de Importação superior a 40%;
- 4 - Nacional, cuja produção tenha sido feita em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei nº 288/67, e as Leis nºs 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01 e 11.484/07;
- 5 - Nacional, mercadoria ou bem com Conteúdo de Importação inferior ou igual a 40%;
- 6 - Estrangeira - Importação direta, sem similar nacional, constante em lista de Resolução CAMEX;
- 7 - Estrangeira - Adquirida no mercado interno, sem similar nacional, constante em lista de Resolução CAMEX."

A Nota Explicativa do Anexo Código de Situação Tributária do Convênio s/nº fica acrescida dos itens 2 e 3 com as seguintes redações, numerando-se o item já existente para item 1:

"2. O conteúdo de importação a que se referem os códigos 3 e 5 da Tabela A é aferido de acordo com normas expedidas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

3. Alista a que se refere a Resolução do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX -, de que tratam os códigos 6 e 7 da Tabela A, contempla, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 13/12, os bens ou mercadorias importados sem similar nacional."

O Ajuste SINIEF 20, de 2012 entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

---

## **Ajuste SINIEF nº 19, de 7 de novembro de 2012**

Dispõe sobre procedimentos a serem observados na aplicação da tributação do ICMS prevista na Resolução do Senado Federal nº 13, de 25 de abril de 2012 (publicado originalmente sob o nº 20)

Aos 9 de novembro de 2012, foi publicado o Ajuste SINIEF 19, que disciplinou os procedimentos aplicáveis à incidência do ICMS com base na Resolução do Senado Federal nº 13, de 25/04/2012.

A alíquota do ICMS de 4% aplica-se às operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior que, após desembaraço aduaneiro, não tenham sido submetidos a processo de industrialização ou ainda que tenham se submetido a qualquer modalidade de industrialização (transformação, beneficiamento, montagem, acondicionamento, reacondicionamento, renovação ou recondicionamento) que resulte em mercadorias com Conteúdo de Importação superior a 40%.

O Conteúdo de Importação é o percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual da mercadoria submetida a processo de industrialização. Deverá ser recalculado sempre que, após a última aferição, a mercadoria objeto da operação interestadual tenha sido submetida a novo processo de industrialização.

Ainda nesta hipótese, bens e mercadorias importados submetidos a processo de industrialização, o contribuinte industrializador deverá preencher a Ficha de Conteúdo de Importação – FCI, conforme modelo do Anexo Único deste Ajuste SINIEF 20, de 2012, a ser entregue à unidade federada de origem por meio de declaração em arquivo digital, com assinatura digital do contribuinte ou de seu representante legal, devidamente certificada pela ICP-Brasil.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Deverá ser informado em campo próprio da Nota Fiscal eletrônica – NF-e: (i) o valor da parcela importada do exterior, o número da FCI e o Conteúdo de Importação expresso percentualmente, no caso de bens ou mercadorias importados que tenham sido submetidos a processo de industrialização no estabelecimento do emitente; (ii) o valor da importação, no caso de bens ou mercadorias importados que não tenham sido submetidos a processo de industrialização no estabelecimento do emitente.

Enquanto não forem criados campos próprios na NF-e, deverão ser informados no campo “Informações Adicionais”, por mercadoria ou bem o valor da parcela importada, o número da FCI e o Conteúdo de Importação ou o valor da importação do correspondente item da NF-e com a expressão: “Resolução do Senado Federal nº 13/12, Valor da Parcela Importada R\$ \_\_\_\_\_, Número da FCI \_\_\_\_\_, Conteúdo de Importação \_\_\_\_\_%, Valor da Importação R\$ \_\_\_\_\_”.

O contribuinte que realize operações interestaduais com bens e mercadorias importados ou com Conteúdo de Importação deverá manter sob sua guarda pelo período decadencial os documentos comprobatórios do valor da importação ou, quando for o caso, do cálculo do Conteúdo de Importação, contendo no mínimo: I - descrição das matérias-primas, materiais secundários, insumos, partes e peças, importados ou que tenham Conteúdo de Importação, utilizados ou consumidos no processo de industrialização, informando, ainda; a) o código de classificação na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM/SH; b) o código GTIN (Numeração Global de Item Comercial), quando o bem ou mercadoria possuir; c) as quantidades e os valores; II - Conteúdo de Importação, quando existente; e III – o arquivo digital, quando for o caso.

As disposições contidas neste ajuste aplicam-se aos bens e mercadorias importados, ou que possuam Conteúdo de Importação, que se encontrarem em estoque em 31/12/2012 e, na impossibilidade de se determinar o valor da importação ou do Conteúdo de Importação, o contribuinte poderá considerar o valor da última importação.

Não se aplica a alíquota do ICMS de 4% nas operações interestaduais com bens e mercadorias:

- (a) Importados do exterior que não tenham similar nacional, definidos em lista editada pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, para fins da Resolução do Senado Federal nº 13/2012;
- (b) Produzidos em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-lei nº 288/1967 e as Leis nºs 8.248/1991, 8.387/1991, 10.176/2001 e 11.484/2007; e
- (c) Gás natural importado do exterior.

O Ajuste SINIEF 19, de 2012 entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 164, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 119/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos alimentícios.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 164, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 119, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, revoga o parágrafo 4º da Cláusula terceira e altera o Anexo Único, ambos dispositivos do Protocolo ICMS 119/12.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Protocolo ICMS 164, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 163, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 118/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 163, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 118, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 118/12.

O Protocolo ICMS 163, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 162, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 117/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais elétricos.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 162, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 117, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, revoga o parágrafo 4º da Cláusula terceira e altera o Anexo Único, ambos dispositivos do Protocolo ICMS 117/12.

O Protocolo ICMS 162, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 161, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 116/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 161, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 116, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 116/12.



# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Protocolo ICMS 161, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 160, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 115/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com máquinas e aparelhos mecânicos, elétricos, eletromecânicos e automáticos.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 160, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 115, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, revoga o parágrafo 4º da Cláusula terceira e altera o Anexo Único, ambos dispositivos do Protocolo ICMS 115/12.

O Protocolo ICMS 160, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 159, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 114/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com instrumentos musicais.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 159, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 114, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 114/12.

O Protocolo ICMS 159, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 158, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 113/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com ferramentas.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 158, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 113, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Ainda, revoga o parágrafo 4º da Cláusula terceira e altera o Anexo Único, ambos dispositivos do Protocolo ICMS 113/12.

O Protocolo ICMS 158, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique [aqui](#).

---

## **Protocolo ICMS 157, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 112/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 157, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo primeiro da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 112, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 112/12.

O Protocolo ICMS 157, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique [aqui](#).

---

## **Protocolo ICMS 156, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 111/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com colchoaria.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 156, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo primeiro da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 111, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 111/12.

O Protocolo ICMS 156, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique [aqui](#).

---

## **Protocolo ICMS 155, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 110/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com brinquedos.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 155, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo primeiro da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 110, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 110/12.

O Protocolo ICMS 155, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique [aqui](#).

---

## **Protocolo ICMS 154, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 109/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bicicletas.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 154, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo primeiro da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 109, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 109/12.

O Protocolo ICMS 154, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique [aqui](#).

---

## **Protocolo ICMS 153, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 108/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artigos de papelaria.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 153, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I da Cláusula terceira do Protocolo ICMS 108, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 108/12.

O Protocolo ICMS 153, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique [aqui](#).

---

## **Protocolo ICMS 152, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 107/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com artefatos de uso doméstico.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 152, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º Cláusula terceira do Protocolo ICMS 107, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, altera o Anexo Único do Protocolo ICMS 107/12.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



O Protocolo ICMS 152, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Protocolo ICMS 151, de 7 de novembro de 2012**

Altera o Protocolo ICMS 106/12, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

Publicado em 09 de novembro de 2012, no Diário Oficial da União, o Protocolo ICMS 151, celebrado pelos Estados de Santa Catarina e São Paulo, altera inciso I do parágrafo 1º Cláusula terceira do Protocolo ICMS 106, de 03 de setembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - "MVA ST original" é a margem de valor agregado prevista na legislação do Estado do destinatário para suas operações internas com produto mencionado no Anexo Único deste protocolo."

Ainda, revoga o parágrafo 4º da Cláusula terceira e altera o Anexo Único, ambos dispositivos do Protocolo ICMS 106/12.

O Protocolo ICMS 151, de 07 de novembro de 2012, entrou em vigor na data de sua publicação. Para acessar o seu inteiro teor e o respectivo Anexo Único, clique aqui.

---

## **Comunicado DA 79/2012**

Divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/12/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de 09/11/2012, o Comunicado DA 73, de 08/11/2012, que divulga o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/12/2012 para os débitos de ICMS e Multas Infracionais do ICMS.

Dessa forma, considerando o disposto no artigo 96, § 4º da Lei 6.374/1989, e no artigo 3º da Resolução SF 31/2012, a Diretora de Arrecadação (DA) comunica que o valor da taxa de juros de mora aplicável de 1º a 31/12/2012 para os débitos e Multas Infracionais do ICMS será de 0,03% ao dia, ou 0,93% ao mês.

Para conhecer o inteiro teor do Comunicado DA 79/2012, clique aqui.

---

## **Resolução nº 79, de 1º de novembro de 2012**

Dispõe sobre a lista de bens sem similar nacional a que se refere o inciso I, do § 4º do artigo 1º da Resolução do Senado nº 13, de 25 de abril de 2012.

Foi publicado no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 2012 a Resolução Câmara de Comércio Exterior nº 79, que dispõe sobre a lista de bens sem similar nacional a que se refere o inciso I, do § 4º do artigo 1º da Resolução do Senado nº 13.

A lista de bens e mercadorias importados sem similar nacional compõe-se de:

Descrição	Resolução CAMEX
-----------	-----------------

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



I. Bens e mercadorias sujeitos a alíquota zero ou 2% de Imposto de Importação, classificados nos capítulos 25, 28 a 35, 37 a 40, 48, 54 a 56, 68 a 70, 72 e 73, 84 a 88 e 90 da NCM ou nos códigos 2603.00.10, 2613.10.10, 2613.10.90, 8101.10.00, 8101.94.00, 8102.10.00, 8102.94.00, 8106.00.10, 8108.20.00, 8109.20.00, 8110.10.10, 8112.21.10, 8112.21.20, 8112.51.00. Anexos I, II e III da Resolução CAMEX 94/2011

II. bens e mercadorias relacionados em destaques "Ex" Anexo da Resolução Camex nº 71, de 14 de setembro de 2010;

III. bens e mercadorias objeto de concessão de ex-tarifário em vigor Conforme as Resoluções Camex nº 35, de 22 de novembro de 2006, e nº 17, de 3 de abril de 2012.

A relação de bens referente ao inciso III será elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior disponibilizará em seu sítio eletrônico (<http://www.camex.gov.br>) a lista consolidada referente ao art. 1º desta Resolução.

Também serão considerados sem similar nacional os bens e mercadorias cuja inexistência de produção nacional tenha sido atestada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em procedimento específico de licenciamento de importação de bens usados ou beneficiados pela isenção ou redução do imposto de importação a que se refere o art. 118 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

A Resolução CAMEX nº 79 entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013. Para conhecer o seu inteiro teor, clique aqui.